



---

## COVID-19

### SÍNTESE DAS MEDIDAS LEGISLATIVAS

*Actualização a 28 de Março de 2020*

---

Na sequência das declarações da Organização Mundial de Saúde relativas à doença COVID-19 provocada pelo coronavírus SARS-COV-2, inicialmente de Emergência de Saúde Pública de âmbito internacional (30.01.2020), depois considerada uma pandemia (11.03.2020), e do estado de emergência entretanto declarado em Portugal, têm vindo a ser aprovadas e publicadas em Diário da República um conjunto de medidas excepcionais e temporárias dirigidas aos cidadãos e às entidades públicas e privadas com o objectivo de evitar a propagação da doença e de minimizar o impacto económico do surto epidémico.

Há ainda algumas medidas anunciadas, designadamente através de conferências de imprensa e de comunicados do Conselho de Ministros, que não têm ainda forma de lei, do mesmo modo que há um conjunto de outras que, já o tendo sido, aguardam regulamentação, designadamente quanto aos mecanismos da respectiva implementação/operacionalização.

---

## TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

---

### 1. MEDIDAS DE PROTECÇÃO SOCIAL NA DOENÇA E PARENTALIDADE

#### 1.1. ISOLAMENTO PROFILÁCTICO

##### O que é o isolamento profiláctico?

O isolamento profiláctico ("quarentena") refere-se ao período de 14 dias, decretado pela autoridade de saúde, durante o qual o cidadão deve estar

AD ASTRA PER ASPERA



isolado, em casa, com distanciamento social.

O isolamento profilático de trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes enquadrados no regime geral de Segurança Social, aos quais tenha sido decretada uma situação de isolamento profilático por autoridade de saúde, é equiparado a doença, beneficiando ainda assim de um regime especial.

### **Que impactos tem?**

O isolamento profilático confere ao *doente* impedido de exercer a sua actividade o direito a um subsídio especial, sem período de espera. No caso de existirem condições para se manter em exercício de funções através de teletrabalho, não há lugar ao pagamento de qualquer subsídio, mantendo a entidade empregadora a obrigação de pagar a remuneração.

### **A quanto corresponde o valor do subsídio?**

Nos 14 dias de isolamento profilático, o valor do subsídio corresponde a 100% da remuneração de referência.

O direito ao subsídio por isolamento profilático é pago a partir do primeiro dia isolamento, ou seja, aquele em que foi decretado pela autoridade de saúde.

No caso de o trabalhador contrair a doença e ter de se manter ausente para além do período de 14 dias de isolamento, passa a aplicar-se o regime do subsídio de doença (cfr. ponto 1.2 *infra*).

### **Como se calcula a remuneração de referência? E no caso de os beneficiários não terem seis meses de remunerações registadas?**

Para calcular a remuneração de referência devem somar-se todas as remunerações declaradas à Segurança Social nos primeiros 6 meses dos últimos 8 meses anteriores ao mês em que o trabalhador deixou de exercer a sua actividade, dividindo-se esse valor por 180.

A remuneração de referência é definida pela seguinte fórmula:

$R/(30n)$ , em que “R” representa o valor total das remunerações registadas desde o início do período de referência até ao dia que antecede o isolamento profilático e “n” o número de meses a que as mesmas se reportam.



## **1.2. SUBSÍDIO DE DOENÇA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2**

Em situações de doença com COVID-19 de trabalhadores por conta de outrem e de trabalhadores independentes no regime geral de Segurança Social, o subsídio de doença está sujeito ao regime geral, pelo que o valor do subsídio de doença corresponderá a um valor entre 55% e 75% da remuneração de referência, calculada nos termos anteriormente referidos.

A atribuição do subsídio de doença não está sujeita ao período de espera.

## **1.3. SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA A FILHOS E NETOS**

### **1.3.1. Assistência a filhos ou outros dependentes a cargo do trabalhador decorrente de isolamento profilático**

A assistência a filho ou outro dependente a cargo de trabalhadores por conta de outrem ou de trabalhadores independentes no regime geral de Segurança Social, decorrente do acompanhamento de isolamento profilático, é considerada falta justificada.

#### **Qual o regime aplicável e qual o valor do subsídio a atribuir nestes casos?**

Nestes casos, os trabalhadores *supra* referidos terão direito ao subsídio para assistência, pago pela Segurança Social, o qual corresponderá a 65% da remuneração de referência.

Em caso de isolamento profilático de criança menor de 12 anos ou de pessoa com deficiência ou doença crónica, a atribuição de subsídio para assistência, não depende de prazo de garantia (ou seja, independentemente do tempo de remunerações registadas do beneficiário em causa), ao que acresce que os dias de falta não relevam para o cômputo do período máximo de atribuição em cada ano.

### **1.3.2. Assistência à família – regime de faltas justificadas**

Consideram-se faltas justificadas ao trabalho, as faltas motivadas por:

- i. Assistência a filho ou outro dependente a cargo, menor de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, bem como a neto que viva com o trabalhador em comunhão de mesa e habitação e que seja filho de adolescente com idade inferior a 16 anos, decorrentes da suspensão das actividades



lectivas ou não lectivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoios à primeira infância ou deficiência (quando determinadas pelo Governo ou por autoridade de saúde no exercício das suas competências), as quais são consideradas justificadas e não acarretam a perda de direitos, excepto no que diz respeito à retribuição.

Esta medida apenas se aplica às ausências verificadas no período lectivo, de 16 a 27 de Março, não sendo extensível ao período, definido legalmente, de férias da Páscoa (com início a 28 de Março).

- ii. Assistência a cônjuge ou pessoa que viva em união de facto ou economia comum com o trabalhador, parente ou afim na linha recta ascendente que se encontre a cargo do trabalhador e que frequente equipamentos sociais, cuja actividade se encontre suspensa por determinação das autoridades de saúde ou pelo Governo, desde que não seja possível a continuidade de apoio através de resposta social alternativa;
- iii. Prestação de socorro ou transporte por bombeiros voluntários com contrato de trabalho com empregador do sector privado ou social, que sejam comprovadamente chamados pelo respectivo corpo de bombeiros.

Estas faltas não determinam a perda de quaisquer direitos, salvo quanto à retribuição, e devem ser comunicadas pelo trabalhador à entidade empregadora através de formulário próprio (Mod. GF88-DGSS), devendo o pedido ser formalizado pela entidade empregadora na plataforma da Segurança Social (o formulário para comunicação pelo empregador à Segurança Social apenas será disponibilizado nos próximos dias).

Para prestar assistência nas situações previstas em i. e ii. *supra*, o trabalhador poderá marcar férias, sem necessidade de acordo com a entidade empregadora, mediante comunicação por escrito com antecedência de 2 dias relativamente ao início do período de férias. Nesse caso, durante o período de férias, será devida a retribuição do período correspondente à que o trabalhador receberia se estivesse a exercer a actividade, podendo o subsídio de férias ser pago na totalidade até ao quarto mês seguinte ao do início do gozo das férias.



### **Nestes casos é possível beneficiar de apoio?**

O trabalhador por conta de outrem só tem direito a receber apoio financeiro no caso de assistência a filho ou outro dependente a cargo, menor de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, decorrente da suspensão das actividades lectivas ou não lectivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoios à primeira infância (creches) ou deficiência (quando determinadas pelo Governo ou por autoridade de saúde no exercício das suas competências).

Os demais casos não beneficiam deste apoio financeiro.

O apoio financeiro é excepcional e mensal, ou proporcional, e corresponderá a 2/3 da remuneração base do trabalhador, o qual será pago em prestações iguais pela entidade empregadora e pela Segurança Social, desde que:

- i. não seja possível a prestação da actividade por outras formas, como o teletrabalho. Caso o trabalhador possa exercer a sua actividade em regime de teletrabalho, deverá ser mantida a actividade nesse regime e o trabalhador receberá a sua remuneração habitual, paga pela entidade empregadora e sem qualquer apoio ou contribuição social; e
- ii. o outro progenitor não esteja disponível para acompanhar os menores, (designadamente, não esteja em casa em regime de teletrabalho).

Este apoio não pode ser recebido simultaneamente por ambos os progenitores e constitui um apoio único, independentemente do número de filhos ou dependentes a cargo.

O apoio é pago na totalidade pela entidade empregadora ao trabalhador, sendo aquela depois reembolsada pela Segurança Social na percentagem indicada (1/3 da retribuição do trabalhador).

Esta medida apenas se aplica às ausências verificadas no período lectivo, de 16 a 27 de Março, não sendo extensível ao período, definido legalmente, de férias da Páscoa (com início a 28 de Março). Segundo anunciado pelo Governo – mas ainda dependente de regulamentação legal – esta medida será prorrogada para o período de férias da Páscoa, sendo o apoio atribuído até 9 de Abril, apenas para apoio a crianças que frequentem equipamentos sociais de apoio à primeira infância (creches) ou deficiência, equipamentos que não iriam encerrar no período de férias da Páscoa.



### **Este apoio está sujeito a algum limite?**

Sim. O apoio excepcional à família tem o limite mínimo de uma remuneração mínima mensal garantida ("RMMG"), ou seja, o valor correspondente a € 635,00 (seiscentos e trinta e cinco euros) e o limite máximo de três RMMG, isto é, o correspondente a € 1.905,00 (mil novecentos e cinco euros).

### **Este regime também se aplica aos trabalhadores independentes?**

Sim. O regime é analogamente aplicado aos trabalhadores independentes. O valor do apoio corresponderá a um terço da base de incidência contributiva mensualizada referente ao primeiro trimestre de 2020, tendo por limite mínimo o valor correspondente a 1 Indexante de Apoios Sociais ("IAS"), isto é € 438,81 (quatrocentos e trinta e oito euros e oitenta e um cêntimos), e o limite máximo correspondente a 2,5 IAS, ou seja, € 1.097,03 (mil e noventa e sete euros e três cêntimos).

Adicionalmente, caso o trabalhador independente sujeito ao cumprimento da obrigação contributiva em pelo menos 3 meses consecutivos há pelo menos 12 meses se encontre impossibilitado de prosseguir a sua actividade por assistência à família nos termos antes mencionados, terá direito a um apoio excepcional mensal ou proporcional.

## **2. MEDIDAS DE APOIO À ECONOMIA E AO TRABALHO**

Com o objectivo da manutenção dos postos de trabalho e de mitigar situações de crise empresarial, foram aprovadas diversas medidas carácter extraordinário, temporário e transitório, destinadas aos trabalhadores e empregadores, das quais destacamos as seguintes:

- i. Apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho, com ou sem formação, em caso de redução temporária do período normal de trabalho ou da suspensão do contrato de trabalho;
- ii. Isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social, a cargo da entidade empregadora;
- iii. Incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da actividade da empresa; e
- iv. Plano extraordinário de formação.

Estas medidas, que podem ser ou não cumuláveis entre si, conforme adiante explicitado, são cumuláveis outros apoios.



### **A quem se aplicam estas medidas?**

As medidas referidas em i. a iv. aplicam-se aos empregadores privados, às entidades empregadoras do sector social e aos trabalhadores ao seu serviço que tenham sido afectados pelo surto da Covid-19, que, em consequência, se encontrem em situação de crise empresarial (nos termos definidos abaixo) e que comprovadamente tenham as situações contributiva e tributária regularizadas perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

Sob pena de incumprimento, que determina a perda dos apoios ou a eventual restituição ou pagamento, conforme o caso, os apoios em causa pressupõem que:

- i. Não existam despedimentos, salvo por facto imputável ao trabalhador;
- ii. Seja assegurado o cumprimento pontual das obrigações retributivas;
- iii. Seja assegurado o cumprimento das obrigações legais, fiscais e contributivas;
- iv. Não seja feita distribuição de lucros, sob qualquer forma e em quaisquer termos;
- v. Não haja incumprimento imputável à entidade empregadora de qualquer das obrigações assumidas;
- vi. Não sejam prestadas falsas declarações.

### **O que se entende por “situação de crise empresarial”?**

Considera-se que uma empresa se encontra em situação de crise empresarial em caso de:

- a) Encerramento total ou parcial da empresa ou estabelecimento, decorrente do dever de encerramento de instalações e estabelecimento no âmbito da execução da declaração do estado de emergência, ou por determinação legislativa ou administrativa, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março ou ao abrigo da Lei de Bases da Protecção Civil ou da Lei de Bases da Saúde, relativamente ao estabelecimento ou empresa efectivamente encerrados e abrangendo os trabalhadores que lhes estejam directamente afectos; ou
- b) Mediante declaração da entidade empregadora conjuntamente com certidão do contabilista certificado da empresa que ateste:



- i. A paragem total da actividade da empresa ou estabelecimento, que resulte da interrupção das cadeias de abastecimento globais, da suspensão ou cancelamento de encomendas; ou
- ii. A quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40% da facturação, nos 30 dias anteriores ao pedido apresentado junto da Segurança Social com referência à média mensal dos 2 meses imediatamente anteriores a esse período ou face ao período homólogo do ano anterior ou, ainda, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média desse período.

As entidades beneficiárias deste apoio poderão ser posteriormente fiscalizadas pelas entidades públicas competentes, devendo comprovar então os factos em que baseou o seu pedido e as respectivas renovações.

### **Como é efectuado esse comprovativo?**

O comprovativo da situação de crise empresarial deve ser efectuado por prova documental, podendo ser requerida a apresentação de documentos, nomeadamente:

- i. Balancete contabilístico referente ao mês do apoio, bem como do respectivo mês homólogo ou meses anteriores, quando aplicável;
- ii. Declaração de Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) referente ao mês do apoio, bem como dos 2 meses imediatamente anteriores, ou a declaração referente ao último trimestre de 2019 e o primeiro de 2020 – conforme a requerente se encontre no regime de IVA mensal ou trimestral respectivamente – que evidenciem a intermitência ou interrupção das cadeias de abastecimento ou a suspensão ou cancelamento de encomendas;
- iii. Nos casos de suspensão ou cancelamento de encomendas, documentos demonstrativos do cancelamento de encomendas ou reservas, dos quais resulte que a utilização da empresa ou da unidade afectada será reduzida em mais de 40% da sua capacidade de produção ou de ocupação no mês seguinte ao do pedido de apoio;
- iv. Elementos comprovativos adicionais a fixar por despacho do membro do Governo da área do trabalho e da segurança social (ainda se aguarda esta regulamentação).





**E se a empresa tiver encerrado temporariamente ou houver lugar a diminuição temporária da actividade, mas não se verificar uma situação de crise empresarial (como definida no Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de Março)?**

Nesses casos, a empresa assumirá os custos inerentes, sem qualquer redução ou apoio, podendo adoptar um regime de *lay-off* ao abrigo do regime geral do Código do Trabalho.

**Em que consistem as medidas?**

**I. Apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho (*Lay-off* simplificado)**

Esta medida visa permitir que as empresas em situação de crise empresarial possam reduzir a retribuição dos seus trabalhadores e beneficiar de uma comparticipação (por reembolso), durante o período de 1 mês, prorrogável mensalmente até ao limite máximo de 3 meses, quando haja lugar à redução do horário de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho. Trata-se de uma medida inspirada no regime de *lay-off*, previsto no Código do Trabalho (artigo 305.º) mas que se caracteriza por uma operacionalização simplificada.

O apoio financeiro atribuído à empresa que recorrer ao mecanismo de *lay-off* simplificado, por cada trabalhador incluído na medida e destinado exclusivamente ao pagamento de remunerações, corresponderá a 70% do valor da retribuição a pagar ao trabalhador, sendo os restantes 30% suportados pelo empregador. Considerando os limites legalmente estabelecidos, o valor máximo mensal do apoio ascende a €1.333,50, (mil trezentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos), por trabalhador.

A retribuição a pagar ao trabalhador no período em que durar o *lay-off* simplificado deve corresponder a 2/3 da remuneração bruta deste último, até ao máximo de € 1.905,00 (mil novecentos e cinco euros), o que corresponde ao equivalente a 3x (três vezes) a RMMG de €635,00 (seiscentos e trinta e cinco euros).

Esta medida pode ser cumulada com um plano de formação aprovado pelo IEFP, I. P., ao qual acresce uma bolsa nos mesmos previstos no Código do Trabalho (artigo 305.º, n.º 5), no valor de 30% do IAS – Indexante dos Apoios Sociais –, i.e. €131,64 (cento e trinta e um euros e sessenta e quatro cêntimos), destinando-se 50% ao trabalhador e o restante ao empregador, i.e., €65,82 (sessenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos) por cada beneficiário. Neste



caso, a bolsa e os custos com a formação serão suportados pelo IEFP, I.P. Para efeitos de aplicação desta medida, o empregador deverá:

- i. Comunicar, por escrito, aos trabalhadores a decisão de beneficiar da mesma, indicando a duração previsível;
- ii. Ouvir os delegados sindicais e comissões de trabalhadores, quando existam; e
- iii. Remeter de imediato o requerimento electrónico ao serviço competente da área da Segurança Social (formulário que prevê já a inclusão da declaração do empregador e de contabilista certificado) juntamente com os anexos ao requerimento (do qual consta o modelo a respeitar de listagem nominativa dos trabalhadores abrangidos e respectivo número de Segurança Social, com a informação concreta da medida aplicável a cada um).

#### **E quando haja lugar a redução temporária dos períodos normais de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho?**

Em situação de crise empresarial, o empregador poderá reduzir temporariamente os períodos normais de trabalho ou suspender os contratos de trabalho, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Código do Trabalho (artigos 298.º e seguintes). Nestes casos, e durante a vigência destas medidas:

- i. Mantêm-se os direitos, deveres e garantias das partes nos termos previstos no Código do Trabalho, com excepção daqueles que pressuponham a efectiva prestação de actividade, quando se trate da suspensão do contrato de trabalho;
- ii. A compensação retributiva a que o trabalhador tem direito é fixada nos termos do n.º 3 do artigo 307.º do Código do Trabalho. Assim, o trabalhador terá direito a compensação retributiva na medida do necessário para, conjuntamente com a retribuição do trabalho que seja prestada na empresa ou fora dela, assegurar o montante mensal mínimo igual a 2/3 terços da sua retribuição normal bruta ou o valor da RMMG correspondente ao seu período normal de trabalho, consoante o que for mais elevado e até ao triplo da RMMG;
- iii. A entidade empregadora tem direito ao apoio extraordinário para efeitos do pagamento da compensação retributiva mencionada em ii.; e

- iv. Caso o trabalhador exerça actividade remunerada fora da empresa, deve comunicar esse facto ao empregador no prazo de 5 dias a contar do início da mesma, com vista à redução da compensação retributiva, sob pena de perda do direito à mesma e, bem assim, à restituição dos montantes indevidamente recebidos. Adicionalmente, o empregador deve comunicar esta situação à Segurança Social no prazo de 2 dias a contar da data em que dela tenha conhecimento.

## **II. Isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social, a cargo da entidade empregadora**

As entidades empregadoras que beneficiem das medidas aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 10-G, de 26 de Março, têm direito à isenção total do pagamento das contribuições à Segurança Social a seu cargo, relativamente aos trabalhadores abrangidos e aos membros dos seus órgãos estatutários, durante o período de aplicação destas medidas e relativamente às remunerações devidas durante o mesmo. Esta isenção não se aplica às quotizações devidas pelos trabalhadores abrangidos pela medida, pelo que as entidades empregadoras devem continuar a deduzi-las no processamento e a comunicá-las através de declarações de remunerações autónomas, procedendo à entrega respectiva.

O direito à isenção acima referido é igualmente aplicável aos trabalhadores independentes, que sejam entidades empregadoras beneficiárias destas medidas e respectivos cônjuges. Importa referir que a isenção do pagamento das contribuições não afasta a obrigação de entrega da declaração trimestral.

## **III. Incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da actividade da empresa**

Os empregadores que beneficiem das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 10-G, de 26 de Março, têm direito a um incentivo financeiro extraordinário para apoio à retoma da actividade da empresa, a ser requerido junto do IEFP, I. P., o qual deve ser pago por esta entidade através de uma prestação única correspondente ao valor de uma RMMG, isto é, €635,00 (seiscentos e trinta e cinco euros), por trabalhador.

### **Como pode ser solicitado?**

Para usufruir deste apoio, as empresas deverão apresentar um requerimento ao IEFP, I.P., acompanhado dos documentos comprovativos da situação de crise empresarial elencados acima.



#### **IV. Plano extraordinário de formação**

O Governo irá apoiar a formação a tempo parcial (não superior a 50% do período normal de trabalho). Os planos de formação têm a duração de 1 mês e serão definidos pelo IEFP, IP em articulação com a entidade empregadora. Este apoio consistirá na atribuição a cada trabalhador abrangido, em função do número máximo de horas de formação frequentadas, até ao limite de 50% do valor da remuneração íliquida do trabalhador e uma RMMG (€ 635,00).

As empresas que tenham recorrido ao *lay-off* simplificado não podem recorrer a este apoio extraordinário de formação.

Este apoio tem a duração de 1 mês.

#### **V. Proibição do despedimento**

Durante o período de aplicação das medidas de apoio previstas no Decreto-Lei n.º 10-G, de 26 de Março, conforme acima definidas, bem como nos 60 dias seguintes, o empregador não pode fazer cessar contratos de trabalho dos trabalhadores que se encontrem abrangidos por essas medidas, ao abrigo das modalidades de despedimento colectivo ou despedimento por extinção do posto de trabalho previstos no Código do Trabalho (artigos 359.º e 367. d), respectivamente).

#### **VI. Teletrabalho**

Sempre que seja compatível com as funções a desempenhar, a prestação por via de teletrabalho é obrigatória, podendo ser determinada pela entidade empregadora ou exigida pelo trabalhador, sem necessidade de acordo ou de qualquer formalização.

Durante o período de teletrabalho, o trabalhador apenas vê alterado o seu local de trabalho, mas mantém todos os seus direitos e obrigações (devendo cumprir o seu horário integral, bem como as ordens e instruções que lhe sejam dadas), mantendo o direito à remuneração integral, incluindo o subsídio de refeição, considerando que se encontra em prestação de trabalho efectivo.

Não tendo sido objecto de regulamentação específica, entende-se que deve ser comunicada a listagem dos trabalhadores em teletrabalho, quer à Companhia de Seguros ao abrigo da Apólice de Acidentes de Trabalho contratada, quer aos serviços da Segurança Social.



O Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de Março, produz efeitos a 27 de Março e mantém-se em vigor até 30 de Junho de 2020, podendo a respectiva prorrogação ser ponderada em função da evolução das consequências económicas e sociais da Covid-19.

---

## **FISCALIDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

---

### **1. DILAÇÃO DE PRAZOS PARA O CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DE OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS E LIQUIDAÇÃO DE IMPOSTOS**

Na sequência do Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais n.º 104/2020-XXII, de 11 de Março, e da publicação do Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de Março, foi definido um conjunto de medidas e mecanismos de facilitação do cumprimento de obrigações fiscais de modo voluntário.

#### **1.1. Pagamento Especial por Conta (PEC), IRC, Pagamento por Conta e Pagamento Adicional por Conta**

- i. O 1.º PEC, quando devido, pode ser efectuado até 30 de Junho de 2020;
- ii. A Declaração Modelo 22 de IRC de 2019 pode ser submetida até 31 de Julho de 2020; e
- iii. O 1.º Pagamento por Conta e o 1.º Pagamento Adicional por Conta podem ser efectuados até 31 de Agosto de 2020.

O pagamento nos prazos acima referidos não implica quaisquer acréscimos ou penalidades a suportar pelo sujeito passivo.

#### **1.2. IVA mensal e trimestral e retenções na fonte de IRS e IRC**

As obrigações de pagamento de IVA e de retenções na fonte (IRS e IRC) calendarizadas, nos termos da lei, para o segundo trimestre de 2020 (Abril, Maio e Junho) podem realizar-se da seguinte forma:

- i. Pagamento imediato nos termos habituais;
- ii. Pagamento em três ou seis prestações mensais sem juros.

No caso de opção pelo pagamento prestacional, a primeira prestação vence-se na data em que normalmente o imposto deveria ser entregue e as restantes prestações mensais na mesma data dos meses subsequentes.



O pagamento prestacional não depende da prestação de quaisquer garantias.

Estas medidas estão disponíveis a sujeitos passivos que:

- i. Tenham obtido um volume de negócios até € 10.000.000,00 (dez milhões de euros) em 2018; ou
- ii. Cujas actividades se enquadrem nos sectores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2 -A/2020, de 20 de Março; ou que
- iii. Tenham iniciado a actividade em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 (ou reiniciado a actividade em, ou após 1 de Janeiro de 2019 e não tenham obtido volume de negócio em 2018); e, bem assim, os que
- iv. Declarem e demonstrem (por certificação de ROC ou TOC) uma diminuição da facturação comunicada através do portal *E-fatura* de, pelo menos, 20% na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação, face ao período homólogo do ano anterior.

## **2. PROCESSOS CONTRA-ORDENACIONAIS**

Os contribuintes que se encontrem abrangidos por medidas de isolamento decretadas pelas autoridades de saúde e que, por esta razão, se encontrem impedidos do cumprimento das suas obrigações tributárias, não sofrerão a aplicação de quaisquer coimas.

Para o efeito, aquando da notificação da instauração de procedimento contra-ordenacional, os contribuintes devem remeter ao Serviço de Finanças competente a respectiva justificação (preferencialmente através do *e-balcão* do Portal das Finanças), designadamente, o certificado de impedimento temporário, reconhecido por autoridade de saúde competente.

## **3. CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL**

- i. Redução para 1/3 da obrigação do pagamento das contribuições sociais referentes aos meses de Março, Abril e Maio de 2020 ou, caso tenha sido integralmente liquidado o valor das contribuições relativas a Março, as referentes aos meses de Abril, Maio e Junho de 2020;
- ii. O valor remanescente, correspondente a 2/3, é liquidado a partir do 3.º trimestre de 2020 (a partir de Julho e até, o mais tardar, Dezembro de 2020) em 3 ou 6 prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros e sem necessidade de prestação de garantia.





Esta medida abrange apenas as contribuições (e não as quotizações a cargo do trabalhador) e não se encontra sujeita a requerimento, mas pressupõe que as entidades empregadoras indiquem, em Julho de 2020, no site da Segurança Social Directa, qual o prazo de pagamento que escolhem e, quando aplicável, demonstrem, em conjunto com certificação do Contabilista Certificado, o cumprimento dos requisitos relativos a facturação.

As entidades empregadoras que ainda não tenham procedido ao pagamento das contribuições relativas ao mês de Fevereiro (até 20 de Março) devem fazê-lo até ao final do presente mês. Caso pretendam aderir à possibilidade de diferimento de parte das contribuições acima referida, deverão entregar, até essa data, o valor das quotizações apurado, acrescido de 1/3 das correspondentes contribuições.

Esta medida é aplicável a entidades empregadoras com:

- i. Menos de 50 trabalhadores;
- ii. Um total de trabalhadores entre 50 e 249, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20% da facturação comunicada através do *E-fatura*, nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média do período de actividade decorrido;
- iii. Um total de 250 ou mais trabalhadores, desde que se trate de
  - a) instituição particular de solidariedade social ou equiparada, ou
  - b) Entidade empregadora cuja actividade se enquadre nos sectores encerrados; ou
  - c) Entidade empregadora cuja actividade se enquadre nos sectores da aviação e do turismo, e desde que apresente uma quebra de, pelo menos, 20% da facturação comunicada através do *E-fatura* nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média do período de actividade decorrido.

O número de trabalhadores é aferido por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de Fevereiro de 2020.

Este regime de diferimento do pagamento de contribuições é igualmente aplicável a trabalhadores independentes.



#### **4. PLANOS PRESTACIONAIS E SUSPENSÃO DE PROCESSOS**

São suspensos durante o período de duração da pandemia, equiparado a férias judiciais, os planos prestacionais em curso junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social (sem prejuízo de poderem continuar a ser cumpridos nos prazos acordados com a entidade em causa).

Os processos de execução fiscal em curso ou que venham a ser instaurados pela Autoridade Tributária e Aduaneira ou por dívidas à Segurança Social ficam suspensos até 30 de Junho de 2020.

São igualmente suspensos, até 30 de Junho de 2020, os planos prestacionais em curso por dívidas à Segurança Social fora do âmbito dos processos executivos, sem prejuízo de poderem continuar a ser pontualmente cumpridos.

---

### **MEDIDAS DE CARÁCTER ECONÓMICO E SOCIETÁRIO, CONTRATOS COMERCIAIS, VALIDADE DE DOCUMENTAÇÃO, ARRENDAMENTO, PRAZOS JUDICIAIS E OUTROS**

---

#### **1. MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS DE PROTECÇÃO DOS CRÉDITOS DAS FAMÍLIAS, EMPRESAS, IPSS E DEMAIS ENTIDADES**

O Decreto-Lei n.º 10-J, de 26 de Março, que entrou em vigor no dia 27 de Março, estabelece medidas excepcionais de apoio e protecção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, bem com um regime especial de garantias pessoais do Estado.

Essas medidas têm como finalidade o diferimento do cumprimento de obrigações dos beneficiários perante entidades financeiras, tendo sido aprovada uma moratória, até 30 de Setembro, que prevê a proibição da revogação das linhas de crédito contratadas, bem como a prorrogação ou suspensão dos créditos até ao fim desse período, com o objectivo de garantir a continuidade do financiamento às famílias e demais entidades e de prevenir eventuais incumprimentos resultantes da redução da actividade económica.

#### **Que medidas estão em causa?**

- I. Concessão de moratória às entidades beneficiárias;
- II. Concessão de garantias pessoais do Estado;
- III. Concessão de garantias mútuas.



### **Quem beneficia destas medidas?**

São entidades beneficiárias destas medidas as seguintes:

- a) Empresas que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:
  - i. Tenham sede e exerçam a sua actividade económica em Portugal;
  - ii. Sejam classificadas como microempresas, pequenas ou médias empresas, de acordo com a Recomendação 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003;
  - iii. Em 18 de Março, não se encontrassem em situação de mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou, encontrando-se em situação de mora, não incumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (EU) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de Novembro de 2018, e não se encontrem em situação de insolvência, suspensão ou cessão de pagamento, ou naquela data já estejam em execução por qualquer uma das instituições; e que
  - iv. Tenham a sua situação fiscal e contributiva regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e Segurança Social. Não relevam, para este efeito e até ao dia 30 de Abril de 2020, as dívidas constituídas no mês de Março de 2020.
- b) Pessoas singulares, relativamente a crédito para habitação própria permanente, que:
  - i. Preençam as condições referidas nos pontos iii. e iv. da alínea a) acima;
  - ii. Tenham residência em Portugal;
  - iii. Estejam numa das seguintes situações: (i) isolamento profiláctico, (ii) doença, (iii) assistência a filho ou netos, nos termos do decreto-lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março, (iv) redução do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho, em virtude de situação de crise empresarial, ou ainda, (v) situação de desemprego registada no IEFP, I.P.

- c) Trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da actividade económica de trabalhador independente;
- d) Trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou actividades tenha sido objecto de encerramento durante o período de estado de emergência, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 2-A-/2020, de 20 de Março;
- e) Empresários em nome individual, IPSS, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, cujo volume bruto anual de quotas das modalidades de benefícios de segurança social, geridas em regime de capitalização, não exceda os 5 milhões de euros e o valor total bruto dos fundos associados ao respectivo financiamento não exceda os 25 milhões de euros, que preencham os requisitos previstos nos pontos iii. e iv. da alínea a) e que tenham domicílio ou sede em Portugal; e ainda
- f) As demais empresas que, independentemente da sua dimensão, a 27 de Março de 2020, preencham as condições referidas em i., iii. e iv. da alínea a), exceptuando-se as que integrem o sector financeiro (designadamente, bancos, outras instituições de créditos, sociedades financeiras, intermediários financeiros).

### **A que operações se aplicam estas medidas?**

Às operações de crédito concedidas por instituições de crédito, sociedades financeiras de crédito, sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de *factoring* e sociedades de garantia mútua, bem como por sucursais de instituições de crédito e de instituições financeiras a operar em Portugal, às entidades beneficiárias acima referidas, excluindo-se as seguintes operações:

- i. Crédito ou financiamento para aquisição de valores mobiliários ou de posições noutros instrumentos financeiros, garantidos ou não por esses instrumentos;
- ii. Crédito concedido a beneficiários de regimes, subvenções ou benefícios, designadamente fiscais, para fixação de sede ou residência em Portugal, incluindo para actividade de investimento, exceptuando-se o caso dos cidadãos abrangidos pelo Programa Regressar;
- iii. Crédito concedido a empresas para utilização individual através de cartões de crédito dos órgãos de administração e de fiscalização, trabalhadores e demais colaboradores.

### 1.1. Moratória

A moratória aprovada pelo Decreto-lei n.º 10-J, de 26 de Março de 2020, pressupõe a:

- i. Proibição da revogação, total ou parcial, de linhas de crédito contratadas e empréstimos concedidos, nos montantes contratados à data de entrada em vigor do referido decreto-lei;
- ii. Prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da moratória concedida, de todos os créditos com pagamento de capital no final do contrato, vigentes à data de entrada em vigor do decreto-lei, juntamente com todos os seus elementos associados, incluindo juros e garantias;
- iii. Suspensão, relativamente a créditos com reembolso parcelar de capital ou vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, do pagamento do capital, das rendas e dos juros com vencimento previsto até ao término desse período. Neste caso, o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, rendas, juros, comissões e outros encargos é automaticamente estendido por um período idêntico ao da suspensão, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados aos contratos abrangidos por esta medida, incluindo garantias.

Salienta-se que as entidades beneficiárias das medidas referidas em ii. e iii. poderão, a qualquer momento, solicitar que apenas os reembolsos de capital ou parte destes, sejam suspensos.

Estas medidas são automaticamente aplicáveis, quanto a empréstimos concedidos com base em financiamento, total ou parcial, ou garantias de entidades terceiras sediadas em Portugal, sem que seja necessária autorização prévia dessas entidades, nas mesmas condições previstas no negócio inicial.

Também a prorrogação das garantias prestadas não carece de qualquer formalidade, parecer, autorização ou acto prévio, sendo eficazes e oponíveis a terceiros, devendo o respectivo registo ser promovido pelas instituições sem necessidade de apresentação de qualquer outro documento e com dispensa do tracto sucessivo.

#### **Como podem estas medidas ser solicitadas?**

As entidades beneficiárias devem remeter, por meio físico ou electrónico, à instituição mutuante, uma declaração de adesão à aplicação da moratória, assinada pelo mutuário, no caso das pessoas singulares e dos empresários em



nome individual e, no caso das empresas, IPSS e demais entidades, assinada pelos seus representantes legais.

A declaração de adesão deve ser acompanhada de documentação que comprove a regularidade da respectiva situação tributária de contributiva.

Após a recepção da declaração de adesão assinada e acompanhada da referida documentação, as instituições devem aplicar as medidas de protecção do financiamento no prazo máximo de cinco dias úteis com efeitos à data da entrega da declaração.

### **E se a entidade beneficiária não preencher as condições para poder beneficiar destas medidas?**

Nesse caso, a entidade mutuante deverá notificar a entidade beneficiária desse facto, no prazo máximo de 3 dias úteis, mediante o envio de comunicação, pelo mesmo meio que tiver sido utilizado para remeter a declaração de adesão.

Em caso de declaração de insolvência ou submissão a Processo Especial de Revitalização ou Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas da entidade beneficiária, as instituições podem exercer todas as acções inerentes aos seus direitos, nos termos da legislação aplicável.

## **1.2. Regime especial de garantias pessoais do Estado**

No mesmo âmbito legal está prevista a possibilidade de prestação de garantias pessoais pelo Estado e por outras pessoas colectivas de direito público, para garantia de operações de crédito ou de outras operações financeiras, sob qualquer forma, para assegurar a liquidez das entidades beneficiárias, dentro dos limites máximos previstos na Lei do Orçamento do Estado.

O pedido de concessão de garantia do Estado é dirigido ao membro do Governo responsável pela área das finanças, acompanhado dos elementos essenciais da operação a garantir, designadamente o respectivo montante e prazo, sem prejuízo de eventuais elementos adicionais que venham a ser solicitados para avaliar o risco da operação e a definição das condições da garantia.

## **1.3. Regime especial de concessão de garantia mútua**

Também as sociedades de garantia mútua podem conceder garantias a beneficiários ou outras pessoas jurídicas, singulares ou colectivas que não

20





reúnam a qualidade de accionista, desde que essa prestação de garantia seja especificamente autorizada pelos membros do Governos responsáveis pelas áreas da economia e desde que sejam identificados os produtos financeiros objecto dessas garantias.

## **2. MEDIDAS DE APOIO ÀS EMPRESAS NO ÂMBITO DOS INCENTIVOS FINANCEIROS DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS**

### **2.1. Liquidação antecipada dos incentivos financeiros no âmbito dos Fundos Comunitários**

No âmbito desta medida já aprovada, o pagamento dos incentivos concedidos deve ocorrer no mais curto prazo possível após os pedidos de pagamento que tenham sido apresentados pelas empresas, podendo ser efectuados, no limite, a título de adiantamento, sendo estes posteriormente regularizados com o apuramento do incentivo a pagar pelo organismo intermédio/organismo pagador (designadamente, IAPMEI, I.P., AIECEP, E.P.E., Turismo de Portugal, I.P. e ANI).

### **2.2. Diferimento do pagamento dos incentivos concedidos no âmbito do QREN ou Portugal 2020**

No caso de empresas com quebras do volume de negócios ou de reservas ou encomendas superiores a 20%, nos dois meses anteriores ao da apresentação do pedido de alteração de reembolso face ao período homólogo do ano anterior, é determinado o diferimento por um período de 12 (doze) meses das prestações vincendas até 30 de Setembro de 2020 relativas a subsídios reembolsáveis atribuídos no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) ou do Portugal 2020, sem encargos de juros ou qualquer outra penalidade para as empresas beneficiárias.

### **2.3. Elegibilidade para reembolso das despesas relativas a acções ou iniciativas canceladas ou adiadas**

As despesas elegíveis, comprovadamente suportadas pelos beneficiários em iniciativas ou acções canceladas ou adiadas por força da propagação da Covid-19, previstas em projectos aprovados pelo Portugal 2020 ou outros programas operacionais, são elegíveis para reembolso, incluindo, o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

## **2.4. Qualificação dos impactos negativos decorrentes da Covid-19**

Os impactos negativos que dêem lugar à insuficiente concretização de acções ou metas podem ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objectivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivo do Portugal 2020.

## **3. ASSEMBLEIAS GERAIS**

As assembleias gerais das sociedades comerciais, das associações ou das cooperativas que devam ter lugar por imposição legal ou estatutária podem ser realizadas até 30 de Junho de 2020.

Relativamente às assembleias gerais que já tenham sido convocadas, caberá ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ponderar o seu adiamento. Nestes casos, a decisão de adiamento deverá ser fundamentada e antecipadamente comunicada a todos os órgãos sociais da sociedade.

A lei já admitia diversas alternativas à reunião presencial, como sejam (i) a tomada de deliberações unânimes por escrito dos accionistas/sócios, (ii) a realização de assembleias gerais ou reuniões dos conselhos de administração/gerência através de meios telemáticos (salvo disposição em contrário no contrato de sociedade), caso em que a sociedade deverá assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes, e (iii) o voto por correspondência, nos termos fixados na lei.

A participação por meios telemáticos (designadamente vídeo ou teleconferência) de membros de órgãos colegiais de entidades públicas ou privadas nas respectivas reuniões, não obsta ao regular funcionamento do órgão, designadamente no que respeita a quórum e a deliberações, devendo, contudo, ficar registado na respectiva acta a forma de participação.

## **4. CONTRATOS – FORÇA MAIOR, ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS**

A Covid-19 poderá ser qualificada como causa de “força maior” por decorrer de situação imprevisível e inevitável. Todavia, essa qualificação deve ser feita com recurso à análise das circunstâncias do caso concreto, tendo em conta o conteúdo do contrato e a legislação aplicável.

### **O que acontece se uma das partes invocar força maior?**

Quando a cláusula de força maior seja fundamentada e devidamente accionada, suspendem-se ou extinguem-se as obrigações e,



consequentemente, exonera-se o devedor da sua prestação.

A cláusula de força maior é considerada devidamente accionada quando se verifique que o incumprimento da prestação devida é exclusivamente motivado pela causa de força maior (ou seja, quando se prove o nexo de causalidade entre o evento e a impossibilidade de cumprimento do contrato).

Neste caso, o devedor será também desonerado do pagamento de compensação indemnizatória à outra parte, desde que, além da verificação do nexo de causalidade acima referido, se verifique que foram tomadas todas as medidas necessárias e adequadas a minorar os efeitos do incumprimento.

Por outro lado, quando a cláusula de força maior seja indevidamente accionada, o credor poderá usar os meios adequados e ao seu dispor, no âmbito do contrato e da legislação aplicável, para exigir a execução do contrato.

### **E se, no caso concreto, não for possível qualificar a pandemia como causa de força maior?**

As partes poderão socorrer-se do instituto da alteração anormal das circunstâncias em que fundaram a decisão de contratar. Esta figura permite a resolução do contrato ou a modificação do mesmo, desde que a exigência das obrigações em causa (i) afecte gravemente os princípios da boa-fé e (ii) não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.

Importa sublinhar que a correcta e precisa qualificação das causas de suspensão das obrigações, modificação ou resolução dos contratos, depende de uma análise casuística dos factos, dos próprios contratos e da legislação aplicável.

## **5. VALIDADE DE DOCUMENTAÇÃO**

Os certificados de admissibilidade e as certidões permanentes comerciais expirados a partir de 24 de Fevereiro de 2020 podem ser utilizados até 30 de Junho de 2020.

Da mesma forma, quando sejam necessários para os actos societários documentos como cartões de cidadão, certidões, cartas de condução, vistos ou autorizações de residência, os referidos documentos que tenham expirado (ou venham a expirar) a partir de 24 de Fevereiro de 2020 são aceites e considerados “válidos” até ao dia 30 de Junho de 2020.

---

## ARRENDAMENTO

---

Foram adoptadas medidas extraordinárias de protecção dos arrendatários até à cessação das medidas de prevenção, mitigação e tratamento da Covid-19, ficando suspensas:

- i. a produção de efeitos das denúncias de contratos de arrendamento habitacional; e
- ii. a execução de hipoteca sobre imóvel que constituía habitação própria e permanente do executado;
- iii. a suspensão das acções de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria.

O Conselho de Ministros aprovou, em 26 de Março, uma proposta de lei que prevê um regime excepional e temporário de mora no pagamento de rendas – habitacionais e não habitacionais – e habilita o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) a conceder empréstimos para pagamento de renda aos arrendatários que tenham sofrido quebras de rendimentos.

Esta proposta de lei será submetida à aprovação da Assembleia da República, o que deverá ocorrer na sessão plenária com realização prevista na semana de 30 de Março a 3 de Abril.

---

## PRAZOS PROCESSUAIS E OUTROS

---

Aos actos processuais e procedimentais a praticar no âmbito de processos, procedimentos, actos e diligências que corram termos nos tribunais judiciais, administrativos e fiscais, arbitrais, Ministério Públicos, julgados de paz e entidades de resolução alternativa de litígios, aplica-se o regime das férias judiciais, pelo que os respectivos prazos se encontram agora suspensos com efeitos retroactivos a 13 de Março de 2020.

### **Até quando se mantém a suspensão dos prazos?**

Até data a definir por decreto-lei, no qual seja declarado o termo da situação excepional que constitui causa de suspensão.



Esta regra de suspensão aplica-se ainda às seguintes situações:

- i. Procedimentos que corram termos em cartórios notariais e conservatórias;
- ii. Procedimentos contra-ordenacionais, sancionatórios e disciplinares, e respectivos actos e diligências que corram termos em serviços da administração directa, indirecta, regional e autárquica, e demais entidades administrativas, designadamente entidades administrativas independentes, incluindo o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; e
- iii. Prazos administrativos e tributários que corram a favor de particulares. Neste âmbito, e no que toca em especial aos prazos tributários, este regime apenas se aplica aos actos de interposição de impugnação judicial, reclamação graciosa, recurso hierárquico e outros procedimentos de natureza idêntica e ainda à prática de actos no âmbito dos mesmos procedimentos tributários.

Refere-se que, sempre que tecnicamente viável, é admitida a prática de quaisquer actos processuais e procedimentais, através de meios de comunicação à distância, como sejam, por exemplo, a teleconferência ou videochamada, realizando-se apenas presencialmente os actos e diligências urgentes, conforme acima referidos, desde que a sua realização não implique a presença de um número de pessoas superior ao previsto pelas recomendações das autoridades de saúde e de acordo com as orientações fixadas pelos conselhos superiores competentes.

Também se encontram suspensos os prazos em processos urgentes (como é o caso dos procedimentos cautelares e dos processos de insolvência), salvo quando seja tecnicamente viável a prática de actos processuais ou procedimentais através da utilização de meios de comunicação à distância adequados. A suspensão dos prazos em processos urgentes não se aplica aos processos em que estejam em causa direitos fundamentais, designadamente, diligências processuais relativas a menores de risco ou diligências e julgamentos de arguidos presos.

Encontram-se ainda suspensos todos os prazos de prescrição e caducidade relativos a todos o tipo de processos e procedimentos, até que seja declarada a cessação da situação excepcional.

---

## LEGISLAÇÃO RELEVANTE

---

- i. Despacho n.º 2875-A/2020, de 3 de Março;
- ii. Despacho n.º 104/2020-XXII, de 9 de Março;
- iii. Despacho n.º 3103-A/2020, de 9 de Março;
- iv. Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março;
- v. Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, de 13 de Março;
- vi. Portaria n.º 71/2020, de 15 de Março;
- vii. Declaração de Rectificação n.º 11-B/2020 de 16 de Março;
- viii. Declaração de Rectificação n.º 11-C/2020 de 16 de Março;
- ix. Portaria n.º 76-B/2020, de 18 de Março;
- x. Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de Março;
- xi. Lei n.º 1 – A/2020, de 19 de Março;
- xii. Decreto-Lei n.º 2-A/2020, de 20 de Março;
- xiii. Declaração de Rectificação n.º 11-D/2020 de 20 de Março;
- xiv. Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2020, de 23 de Março;
- xv. Despacho n.º 3651/2020, de 24 de Março;
- xvi. Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de Março;
- xvii. Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de Março;
- xviii. Decreto-Lei n.º 10-J, de 26 de Março;
- xix. Decreto-Lei n.º 10-K, de 26 de Março;
- xx. Decreto-Lei n.º 10-L, de 26 de Março;
- xxi. Portaria n.º 81/2020, de 26 de Março.
- xxii. Despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais n.º 129/2020-XXII, de 27 de Março.